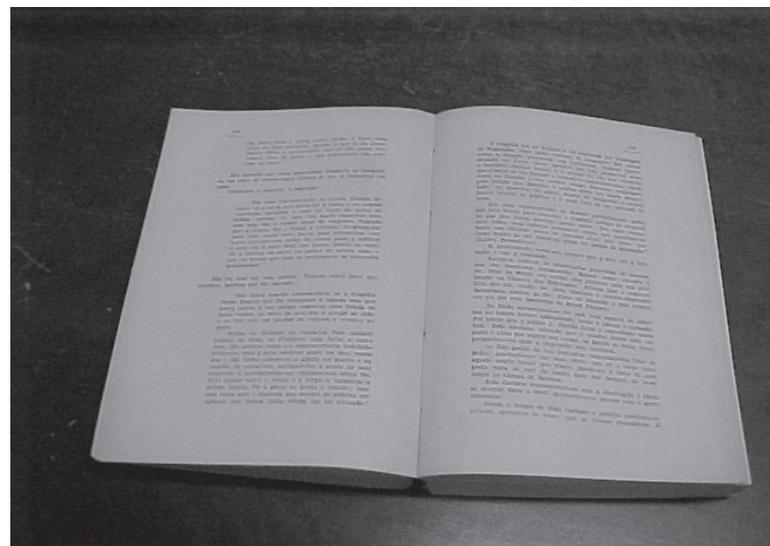


## Pesquisa



## Centros de documentação: em busca da preservação

Por Antonia Marlene Vilaca Telles\*

Desde as mais primitivas eras, a sociedade humana vem organizando a sua memória. Ao interagir com a natureza ou meio onde está, o homem gera e acumula conhecimentos, por meio de suas ações e relações. O registro desse conhecimento pode ser percebido através das diversas maneiras que, historicamente, o homem utilizou para registrar e conservar suas atividades e saberes: a pintura em cavernas, os entalhes, a mnemotécnica, os objetos diversos utilizados como suportes de informações.

Ao buscar registrar suas ações, o homem foi impulsionado a criar códigos para representá-las. A partir do momento em que ele passa a dominar o código de escrita, passa também a utilizar diversos tipos de suporte: tábuas, tabletes de argila,

papiro, pergaminho, até chegar ao papel. Ainda que fosse apenas para seu controle pessoal e não com o interesse de deixar registros para a posteridade, o homem deixou assim marcas por onde passou e viveu. Como afirma Marc Bloch, “*A diversidade dos testemunhos históricos é quase infinito. Tudo quanto o homem diz ou escreve, tudo quanto fabrica, tudo quanto toca pode e deve fornecer dados ao seu respeito*”.<sup>1</sup>

A grande quantidade de registros, aliados aos problemas de preservação, fez com que fosse necessário abrigar e organizar esses documentos. Os arquivos, portanto, nascem da necessidade prática de armazenar, organizar e conservar os registros diversos que a sociedade humana produz sobre si mesma.

Os arquivos tiveram essa função de armazenar os

documentos, e sobretudo, de reunir e conservar um dossiê da administração do rei, monarca ou governante. Isso com o intuito de preservar os documentos comprobatórios de sua autoridade, seus interesses e direitos. Os arquivos e bibliotecas na Idade Média passaram a ser monopolizados pela Igreja, tornando o acesso restrito a poucos. É somente a partir da Revolução Francesa, com o interesse de consolidar o Estado Nacional, que se incrementou a criação dos chamados arquivos nacionais.

No século XIX, há uma verdadeira “explosão” da informação. O progresso científico e tecnológico implementou a produção informacional, o advento da imprensa impulsionou o processo de “socialização” das informações.



Nesse período, também os documentos escritos ganham *status* de testemunho histórico. O século XIX é com justiça considerado o “século da história”, pois o saber histórico legitimou-se como “ciência”, tornando-se uma disciplina especializada, produzida e ensinada nas universidades, a começar pela Alemanha de Ranke. Nesse processo, a heurística torna-se a “pedra de toque” do trabalho do historiador.<sup>2</sup>

Após a Segunda Guerra Mundial, muitos arquivos e museus nacionais foram criados para legitimar a autodeterminação dos novos países independentes. A própria informatização, crescente e acelerada da sociedade a partir da segunda metade do século XX trouxe novos problemas (e novas soluções) para os arquivos. Nesse processo complexo emerge uma nova ciência: a Ciência da Informação.

A Ciência da Informação é o campo científico da arquivologia que gerencia as bibliotecas, arquivos e museus. Em consequência do progresso científico e tecnológico, a produção de documentos cresceu de

forma a superar a capacidade de controle e organização das instituições, que viram-se obrigadas a buscar soluções para gerir as grandes massas documentais, acumuladas como em nenhuma época anterior.

A arquivística criou a teoria das três idades para o documento, e também o importante conceito, de *Gestão de documentos*. Essas novas considerações incorporadas à legislação brasileira sobre arquivos, em vigor desde 1991: “*Considera-se gestão de documentos o conjunto de procedimentos e operações técnicas referentes à sua produção, tramitação, uso, avaliação e arquivamento em fase corrente e intermediária, visando a sua eliminação ou recolhimento para a guarda permanente*”.<sup>3</sup>

Heloísa Liberalli Bellotto<sup>4</sup> apresenta-nos as instituições que tem sob sua guarda acervos documentais (Arquivos, Bibliotecas, Museus e Centros de documentação), diferenciando suas características e natureza quanto ao acervo e seu tratamento técnico. Sendo possível perceber que apesar das diferenças existente entre essas instituições, elas convergem a um ponto, que é o atendimento ao público, seja ele, na maioria das vezes, o pesquisador, acadêmico ou “leigo”.

A instrumentalização dessas instituições, ou seja, os procedimentos técnicos utilizados em cada uma dessas instituições, proporcionará esse acesso à informação da maneira mais racional, eficaz e eficiente. A abertura ao público, ao cidadão, tem a finalidade de tornar o documento acessível às pessoas, democratizando o direito à informação.

Segundo Marilena Leite Paes<sup>5</sup>, os Centros de Documentação ou Informação, abrangem algumas atividades próprias da biblioteconomia, da arquivística e da informática. Seu campo pluridisciplinar é mais amplo, o que exige maior especialização na gestão de documentos de toda espécie.

A finalidade dos CD's é armazenar, classificar, selecionar e disseminar a informação. Mas também essa finalidade varia de acordo com os propósitos da criação desses Centros de Documentação e segundo suas linhas de pesquisa. De acordo com as características físicas do documento, cada tipologia receberá um tratamento específico, no sentido de conservá-lo e preservá-lo.

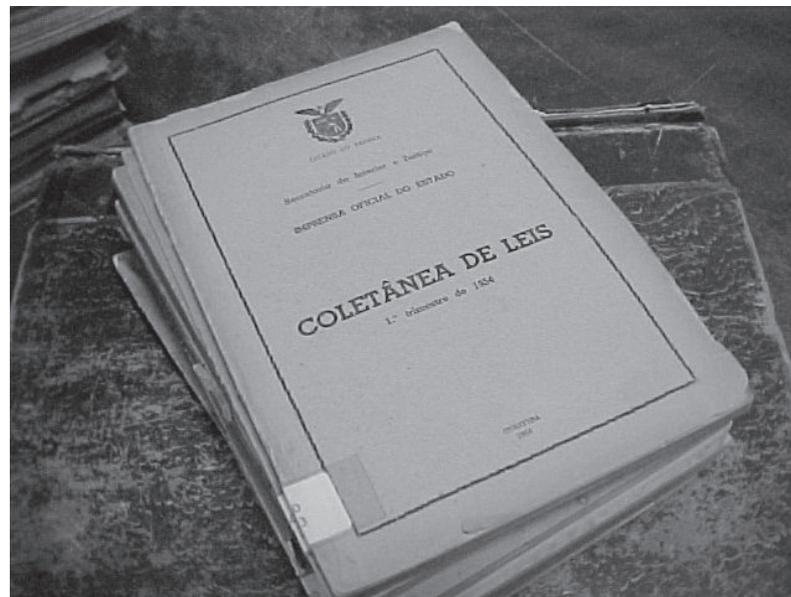
De acordo com Célia Reis Camargo, os centros de documentação das universidades são voltados à geração de informações e organização de fontes de pesquisa. Desde os anos setenta, ao lado da docência e da pesquisa, esse campo de trabalho tem se expandido cada vez mais. Entretanto, a existência desses centros, como dissemos, ultrapassa o universo acadêmico. Percebemos sua presença nas fundações culturais<sup>6</sup>, em museus, bibliotecas e instituições de pesquisa. Muitas empresas, inclusive, estão recrutando historiadores para a criação de centros de memória e documentação. Ainda que essas empresas possuam bibliotecas e arquivos, os profissionais da área de história e de arquivística são chamados à auxiliar as atividades referentes à base de informações, apoio da administração, da comunicação ou como instrumentos de decisão.

Dentro da universidade, os centros de documentação têm características fundamentais em relação à proposta de trabalho que se propõe a desenvolver como Célia Reis Camargo apresenta: “*O trabalho dos centros de documentação envolve a reunião, a preservação e a organização de arquivos e coleções (geralmente compostos de documentos originais, as ‘fontes primárias’) e de conjuntos diversos (de natureza bibliográfica ou arquivística, originais ou cópias) reunidos sob critério do valor histórico e informativo, em torno de temas ou de períodos da história*”.<sup>7</sup>

Quando esses acervos se encontram organizados e disponibilizados à consulta, servem de apoio às pesquisas realizadas por docentes e alunos da comunidade acadêmica. Como resultado desse trabalho, a finalidade é ampliar o alcance dos serviços prestados aos demais segmentos sociais, com o interesse em atingir os usuários em potencial, ou seja, aqueles interessados em fazer usos dessas informações disponíveis. As atividades dos centros podem-se desdobrar em extensão universitária, o que proporcionaria novos usuários e pesquisadores e principalmente estar em contato com instituições congêneres, contribuindo com a política de preservação do patrimônio cultural do país.

Portanto, a existência dos CDUs é importante por desempenhar um papel fundamental, o de ampliar as possibilidades de exercício da cidadania. Base para a produção do conhecimento científico, eles

proporcionam o acesso democratizado à informação especializada. Entretanto, Célia Reis Camargo chama a atenção para alguns problemas que atingem os centros de documentação e memória. Uma das questões abordadas é a importância da definição das linhas de acervo. A partir da definição das linhas a seguir, a atividade do centro segue



sob uma orientação fundamental e estratégica: a organização das bases informacionais do conhecimento. Os centros de documentação, aliás, surgiram dessa necessidade: dar apoio informacional ao pesquisador.

Em suma, os centros de documentação universitários nascem da necessidade de aproximar o pesquisador das fontes históricas. Nesse sentido, vão se constituindo centros especializados na preservação, conservação e organização dessas fontes primárias. Dessa maneira, envolve-se a universidade na tarefa de participar no trabalho de preservação da memória, nacional

ou regional, ou conforme o caso. Muitos desses centros de documentação transformaram-se também em centros de pesquisa, tendo a função não apenas de criar condições para a prática do exercício de pesquisa, como pela produção intelectual de seus colaboradores e “associados”.

Os centros de documentação das universidades brasileiras, além de aproximar as fontes do pesquisador, também recuperam fontes documentais que estão sendo extraviadas ou perdidas, conservando-as, organizando-as e tornando-as públicas. A preservação dessas fontes e a sua disponibilização viabilizam as pesquisas de pós-graduação e, sobretudo, as de iniciação científica. Esse exercício de pesquisa precisa e deve ser ampliado. Sabemos das dificuldades em relação ao espaço e às condições técnicas existentes. Entretanto,

penso que a conscientização e o apoio, não somente por parte do Estado, mas também da própria comunidade envolvida, são bases para que a finalidade do centro de documentação possa ser alcançada. Conforme frisa Célia Reis Camargo: “*Os centros universitários surgem, exatamente, com a finalidade de dar ênfase à memória regional. A precariedade e inexistência de arquivos públicos, sobretudo nos municípios, acarretavam perdas escandalosas de fontes de pesquisa. A universidade, então, começa a bancar essa tarefa, incorporando-a às suas atividades-fim*”.<sup>8</sup>

Historicamente, os centros de

documentação entram em cena quando se propõem a conservação e preservação da memória. Sua característica fundamental é recolher, organizar e disponibilizar material básico para a pesquisa historiográfica sobre determinados temas. Mas somente o ato de recolher documentos nesses centros de documentação, transformando-os em depósitos de papel, sem uma organização sistematizada e racional, não transforma o documento em fonte de informação. Eles permanecerão como massa inerte e sem acesso como outrora o foram Enezila de Lima e Rosimeire Castro relatam a experiência da organização de um acervo documental: os autos do Fórum da Comarca de Londrina – 1934-1970, e deixa claro essa preocupação com a política de democratização de fontes e registros: “*Entende-se [...] que a estreita relação cidadania-direito à memória, só será possível através do fácil acesso às fontes dessa memória*”.<sup>9</sup>

O conceito de conservação ou preservação é sempre um tema pertinente nessa discussão, pois os Centros de Memória ou Documentação tem como um de seus objetivos não somente a coleta, classificação e divulgação de documentos, mas também (ou principalmente) o prolongamento da



vida desses mesmos documentos. A coleta, o acondicionamento e o tratamento adequado de documento, visam antes de tudo, a sua conservação ou preservação no tempo e no espaço.

Mais que épocas anteriores, os suportes modernos apresentam, desde a sua produção, fatores internos e externos de deterioração, como se não houvesse preocupação maior com a sua durabilidade. Por exemplo, o papel moderno, esse que usamos no cotidiano, é ácido e frágil; um disquete dura poucos anos e uma fotografia colorida perde rapidamente suas cores. Em outras palavras, os mais variados tipos de suporte para as informações documentais são uma mercadoria como outra qualquer, ou seja, um produto descartável com vida útil pré-determinada pela lógica capitalista da produção e do consumo.

Os fatores externos como a umidade e a temperatura; as radiações luminosas; a poeira e a poluição atmosférica; os ataques biológicos (insetos e microorganismos); as catástrofes (enchentes, incêndios) e o manuseio e acondicionamento inadequados, em conjunto ou isoladamente, ocasionam a deterioração dos documentos, independentemente de seu suporte.

Nesse sentido, a preservação e a conservação são objetivos fundamentais para o desenvolvimento das atividades práticas e cotidianas de um centro de documentação. A preservação consiste em assegurar as atividades de acondicionamento, armazenamento, conservação e restauração de documentos. A conservação baseia-se num

conjunto de procedimentos e medidas destinadas a assegurar a proteção física dos acervos ou arquivos contra os agentes de deterioração, que podem ser internos ou externos. Com esse objetivo de preservar as informações, adota-se medidas que visam prolongar a vida dos documentos e a qualidade de acesso às informações.<sup>10</sup>

\* Pós-graduanda em História pela UNIOESTE/PR

## Notas

<sup>1</sup> BLOCH, Marc. *Introdução à História*. Lisboa: Publicações Europa-América. 5ª edição, s/d. (Coleção Saber), p. 59.

<sup>2</sup> GRAFTON, Anthony. *As origens trágicas da erudição*: pequeno tratado sobre a nota de rodapé. Caps. 1-2, Papyrus, 1998.

<sup>3</sup> BRASIL. Lei n. 8.159, de 08 de janeiro de 1991. Dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados e dá outras providências. *Diário Oficial*. Brasília, 9 de jan. 1991.

<sup>4</sup> BELLOTTO, Heloísa Liberalli. *Arquivos Permanentes: tratamento documental*. São Paulo: T.A. Queiroz, 1991, p. 19.

<sup>5</sup> PAES, Marilena Leite. *Arquivo: teoria e prática*. 3ª edição. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1997.

<sup>6</sup> Um exemplo entre outros é a Casa da Memória, da Fundação Cultural de Curitiba-PR.

<sup>7</sup> CAMARGO, Célia Reis. Os Centros de Documentação das universidades: tendências e perspectivas. In: *Arquivos, patrimônio e memória: trajetórias e perspectivas*. São Paulo: Editora UNESP, 1999, p. 50.

<sup>8</sup> CAMARGO, Célia Reis. Op. cit., p. 59.

<sup>9</sup> LIMA, Enezila de; CASTRO, Rosemeire A. ANGELINI. Preservação e organização de acervo documental: os autos do Fórum da Comarca de Londrina — 1934-1970. *Boletim 29*. Londrina:UEL/C.CH, nº. 29, jul/dez. 1995, pp.44-63.

<sup>10</sup> Conforme bibliografia já citada: BELLOTTO, CAMARGO e PAES.